

### NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- Presidente das negociações agrícolas na OMC estabelece pontos centrais para um acordo realista 1
- Membros da OMC preparam-se para dar novo impulso à Rodada Doha, mas divergências ainda persistem 2
- Propriedade intelectual: divergências na OMS e licenciamento compulsório no Brasil 4

### NOTÍCIAS REGIONAIS

- União Européia reforça cooperação com América Latina 7
- Brasil aumenta tarifa de importação de têxteis de 20% para 35% 9

### BREVES MULTILATERAIS

- Publicado relatório de painel sobre pneumonistas do G-6 concordam que é preciso concluir a Rodada Doha em 2007 10
- Brasil conclui investigação de dumping nas exportações chinesas de pedivelas 11

### BREVES REGIONAIS

- Ineficiência e ineficácia prejudicam o sistema de ajuda alimentar dos EUA 12
- Chile confirma aplicação de medidas antidumping à farinha de trigo argentina 13

### Eventos

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

### FIQUE DE OLHO!

### NOTÍCIAS MULTILATERAIS

#### Presidente das negociações agrícolas na OMC estabelece pontos centrais para um acordo realista

O presidente das negociações sobre produtos agrícolas na OMC, o Embaixador neo-zelandês, Crawford Falconer, publicou, em 30 de abril, um documento de trabalho que esboça os parâmetros para um acordo plausível em diversos temas das negociações. Trata-se de uma tentativa de instigar os Membros da OMC a reconsiderarem suas posições de barganha.

Crawford Falconer enfatizou que os países e os grupos de Membros terão de abdicar de seus antigos pontos de vista para viabilizarem um acordo. Nesse sentido, ele afirmou que os Estados Unidos da América (EUA) teriam de promover um corte mais profundo de seus subsídios agrícolas do que aquilo que ofereceram em sua proposta anterior. O presidente das negociações agrícolas considerou, por outro lado, que as reduções propostas pelo G-20 são também "um verdadeiro estiramento". Quanto às Comunidades Européias (CE), ao Japão, e ao bloco do G-33 de países em desenvolvimento (PEDs), todos teriam que estabelecer menos flexibilidades para protegerem seus produtos dos cortes tarifários.

No documento de 28 páginas, Falconer oferece sua opinião sobre o cerne da questão para se chegar um potencial acordo.

Crawford Falconer afirmou que, em um acordo adequado, o montante destinado a subsídios agrícolas deveria estar entre US\$ 19 bilhões e US\$ 13 bilhões. Desta forma, seria necessário um corte de aproximadamente 68 % para trazer este limite para perto dos US\$ 15 bilhões.

Em relação às CE, o corte deveria superar os 70% e poderia chegar a 75%-80% - o que dependeria do resultado das negociações de outros temas. Segundo Falconer, o Japão pode, confortavelmente, realizar os mesmos cortes compreendidos pelos EUA.

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

## **Cortes tarifários estarão entre as propostas dos EUA e das CE**

Crawford Falconer sustentou que um acordo sobre tarifas agrícolas será alcançado quando houver consenso entre as posições dos EUA e das CE. A proposta de Washington representa uma redução de aproximadamente 66 %, em média, para países desenvolvidos. Bruxelas, por sua vez, ofereceu originalmente um corte de 39%, mas, em seguida, indicou que a média dos cortes tarifários poderia se aproximar dos 50 %, embora não tenha explicado formalmente como pretende realizar esses cortes adicionais.

O G-20 - bloco de PEDs que inclui exportadores competitivos, tais como Brasil e Argentina, e defensivos, tais como a China e a Índia - propôs um corte médio de aproximadamente 54 % para países desenvolvidos. Desta maneira, os PEDs diminuiriam suas tarifas em dois terços em relação aos cortes empreendidos pelos países desenvolvidos.

### **Produtos Sensíveis: de 1% a 5% das linhas tarifárias**

Quanto ao número "de produtos sensíveis" - para os quais tanto PEDs quanto países desenvolvidos poderão fazer cortes tarifários menores, em troca da criação de novas quotas de importação - Crawford Falconer sugere que o percentual base seja maior que 1 %, mas não superior a 5 %.

### **Produtos especiais: de 5% a 8% das linhas tarifárias**

Em relação aos produtos denominados "especiais", o presidente das negociações agrícolas, Crawford Falconer, afirmou que os Membros estavam longe do caminho sobre as posições existentes. Recordar-se que os produtos especiais são aqueles que os PEDs poderão excluir da redução tarifária total em nome das necessidades de segurança alimentar, de proteção aos meios de subsistência e de desenvolvimento rural.

Crawford Falconer afirmou, ainda, que embora outros setores das negociações sejam objetivamente mais importantes, a negociação sobre produtos especiais tem o potencial de fazer a Rodada Doha fracassar. O presidente das negociações agrícolas considerou não ser sustentável a posição do G-33, que exige que 20% do total de linhas tarifárias sejam elegíveis para efeitos de classificação como produtos especiais. No entanto, também considera insustentáveis as posições que procuram limitar o âmbito de elegibilidade de produtos especiais a três ou quatro linhas tarifárias. Os EUA, por exemplo, posicionaram-se formalmente a favor de cinco linhas tarifárias - número insuficiente para

abranger leite e creme. Crawford Falconer sugeriu que um percentual entre 5% e 8% do total das linhas tarifárias seria adequado para fins de classificação de produtos especiais.

No entanto, o presidente das negociações agrícolas sustentou que o mandato de negociação sobre produtos especiais implica em que todos os Membros devam estar sujeitos a algum grau de redução tarifária. Nesse sentido, ele sugere um percentual entre 10% e 20%. Por outro lado, os países do G-33 solicitaram isenção de cortes tarifários para metade de todos os produtos especiais.

### **Um pensamento radical**

Crawford Falconer concluiu seu documento com um pensamento radical: os PEDs poderiam descartar a fórmula e suas faixas de cortes tarifários; esquecer as flexibilidades dos produtos especiais, e, pelo contrário, apenas almejem um corte tarifário médio total, junto com uma redução específica mínima em cada linha tarifária. Isto permitiria aos países realizarem somente o corte tarifário mínimo em seus produtos mais sensíveis e fazerem reduções mais profundas em outros produtos, a fim de alcançarem a média.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 15, 2 mai. 2007.

---

## **Membros da OMC preparam-se para dar novo impulso à Rodada Doha, mas divergências ainda persistem**

Os Membros da OMC preparam-se para dar novo impulso às complicadas discussões da Rodada Doha, apesar de ainda existirem divergências significativas entre os países que mais participam do comércio internacional. Muitas delegações sediadas em Genebra estão preocupadas com o fim do prazo para a celebração de um acordo, mas afirmam que irão intensificar os trabalhos com os presidentes dos vários grupos de negociação, a fim de ajudá-los na elaboração de novos esboços de acordos para futuras negociações.

O Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, em encontro informal do Comitê de Negociações Comerciais (TNC, sigla em inglês) no dia 20 de abril, comentou com embaixadores que, no momento, a necessidade mais urgente é o verdadeiro engajamento de todos os participantes no processo multilateral em Genebra. Ele também afirmou que os presidentes das negociações

necessitam que os Membros sejam mais precisos em relação ao que podem ou não aceitar.

Ademais, Pascal Lamy considerou ser necessário que os países comprometam-se a apoiar o trabalho dos presidentes dos grupos de negociação, por meio do aporte de sugestões e vontade real de negociar. Para ele, mostrar flexibilidade é tão importante quanto defender as próprias posições.

Apesar dos vários encontros realizados desde o início do ano, os ministros dos Estados Unidos da América (EUA), Brasil, Índia e União Européia (UE) - que, conjuntamente, são chamados de G-4 - ainda não lograram nenhum avanço significativo no que tange a conciliação de suas diferenças em relação ao comércio de produtos agrícolas, entre outros assuntos. Os países do G-4 agora prometem contribuir conjuntamente nas discussões multilaterais até meados de junho. Até lá, planejam realizar pelo menos mais três reuniões de nível ministerial.

Os presidentes dos diferentes grupos de negociação da Rodada Doha receberam poucas novidades concretas por parte dos Membros, apesar das extensas consultas realizadas. Enquanto isso, eles trabalham para melhorar os esboços de acordos elaborados anteriormente, cujo teor era deliberadamente vago a fim de contemplar as grandes divergências dos Membros naquele momento.

### **O processo multilateral não pode depender de outras contribuições**

Sem mencionar as conversas não conclusivas do G-4, o Diretor Geral da OMC afirmou ao TNC que o processo multilateral não pode esperar a contribuição de pequenos grupos. Ele reconhece, no entanto, que os presidentes dos grupos de negociação teriam grande ajuda se recebessem sinais de convergência oriundos de discussões de outros fóruns.

Alguns países têm demonstrado insatisfação cada vez maior em relação às discussões do G-4, ainda mais com o aparente fracasso das negociações. A confidencialidade que envolve as discussões dos grupos de negociação não tem aliviado a tensão. Embora presume-se que as conversas tratem de diferenças específicas em questões como redução de tarifas e subsídios agrícolas, representantes do G-4 negaram-se a fornecer detalhes do progresso que afirmam terem alcançado. Isto leva alguns observadores a questionar se os quatro países conseguirão, de fato, chegar a um acordo ou se eles apenas tentam gerenciar o fracasso político de um eventual colapso.

Durante a reunião do TNC, várias delegações mostraram-se satisfeitas com a renovada ênfase nas negociações multilaterais e prometeram trabalhar com os presidentes dos grupos de negociação para alcançar um acordo na Rodada.

### **Delegações demonstram prudência quanto aos prazos finais**

Os embaixadores do G-4 reiteraram o compromisso de contribuir concretamente - alguns parâmetros, aliás, indicam convergência - para o término das negociações multilaterais até meados de junho. Embora ninguém faça referência explícita ao final de 2007 como prazo final das negociações, o embaixador dos EUA junto à OMC, Peter Allgeier, defende ser possível alcançar tal objetivo.

Apesar de reafirmar o objetivo de concluir as negociações até meados de Junho, a Índia alertou para o fato de que um cronograma de negociação não pode comprometer o conteúdo do que está sendo acordado. Esta questão também foi abordada pelo Quênia e por Cuba. Os representantes da UE reconheceram serem válidas as preocupações manifestadas por outros Membros quanto à confidencialidade das negociações do G-4, e enfatizaram seu compromisso com o processo multilateral.

Em nome do grupo das economias pequenas e vulneráveis, Barbados solicitou mais informações sobre o conteúdo - e não apenas sobre o processo - das discussões do G-4 e do G-6 (Austrália e Japão mais integrantes do G-4). Admitiu, no entanto, que não se pode esperar que os grupos divulguem todos os detalhes de suas discussões.

O embaixador de Cingapura afirmou que se os Membros realmente pretendem concluir as negociações até o final de 2007, o ideal é não adiar a resolução de temas importantes para depois do recesso de agosto da OMC.

### **Negociações evocam sentimento de *déjà vu***

Um negociador considerou que os últimos apelos para intensificar as negociações parecem reproduzir o passado. Nesse sentido, ele lembrou que os países do G-4 já haviam comprometido-se a intensificar o ritmo das negociações após um encontro em Davos, Suíça, em janeiro de 2007; e que nos dois últimos anos as pressões têm sido cada vez maiores, sempre ao final de junho ou julho, para que se chegue a um acordo.

A primeira tentativa de superar o impasse surgiu semana passada, quando o presidente das

negociações em agricultura, o Embaixador da Nova Zelândia junto à OMC, Crawford Falconer, apresentou aos Membros um questionário que permite determinar suas posições em relação a aspectos centrais das negociações. Ele pretende utilizar as respostas para criar um novo esboço do texto do acordo.

Sem grande contribuição por parte dos Membros, os presidentes dos grupos de negociação têm duas opções ao revisarem os esboços que serão, em teoria, a nova base para um acordo final. Uma delas é redigir um texto com muitas seções entre colchetes, para indicar as divergências. A segunda abordagem, mais arriscada, é elaborar um documento mais definido, que especule sobre possíveis consensos em algumas matérias.

O momento mais apropriado e o conteúdo dos textos a serem apresentados pelos presidentes das diferentes áreas de negociação também serão significativos. Um negociador de um país em desenvolvimento alertou que será necessário haver equilíbrio entre os textos no que tange ao acesso a mercados de produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês) e produtos agrícolas, mesmo que o primeiro tema precise ser mais desenvolvido.

### **Pascal Lamy afirma que as oportunidades poderão esgotar-se nas próximas semanas**

Os Membros não serão capazes de finalizar as negociações antes do prazo de expiração da Autoridade de Promoção Comercial (Trade Promotion Authority - TPA), no final de junho. Esse mandato permite ao Presidente estadunidense submeter acordos de comércio ao Congresso dos EUA para aprovação ou rejeição totais, sem possibilidade de emendas.

No dia 23 de abril, Pascal Lamy afirmou à Câmara de Comércio dos EUA, em Washington, que mesmo que a TPA seja tecnicamente necessária apenas para que o Congresso ratifique um acordo, muitos parceiros comerciais dos EUA consideram que a ausência de movimentação favorável à renovação da TPA significa que os EUA podem ter perdido a esperança na Rodada Doha. Pelo fato dos legisladores estadunidenses considerarem as negociações da Rodada Doha ao discutirem a renovação da TPA com a administração Bush, o Diretor Geral da OMC afirmou não ser nenhuma surpresa que muitos Membros acreditem existir uma janela de oportunidades que se fechará em breve, a menos que haja visível progresso nas negociações das próximas semanas.

É importante lembrar que 2008 é ano de eleição nos EUA, fato que poderá deixar os legisladores estadunidenses ainda mais ansiosos em relação a

concessões comerciais, caso a Rodada Doha não seja concluída até então.

O comissário da UE para o comércio, Peter Mandelson, viajou a Washington para o encontro UE-EUA, juntamente com vários membros da Comissão Européia. Em relação ao G-4, seus ministros parecem estar preparados para encontrarem-se em Paris em meados de maio, durante a reunião anual da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 14, 25 abr.2007.

---

### **Propriedade intelectual: divergências na OMS e licenciamento compulsório no Brasil**

No final do mês de abril, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou os comentários apresentados por seus Membros sobre o desenvolvimento de uma estratégia global e de um plano de ação para promover pesquisa e desenvolvimento de medicamentos que combatam doenças típicas de países mais pobres. As divergências entre os Membros ainda são muitas, embora o término das discussões esteja previsto para este outono.

Até agora, 19 países e blocos regionais apresentaram suas opiniões sobre o primeiro esboço dos documentos, elaborados pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG, sigla em inglês) sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual, em dezembro de 2006.

Criado pelos Membros da OMS em 2006, este novo grupo de trabalho tem como objetivo formular uma estrutura de médio prazo para apoiar - de maneira sustentável e de acordo com as necessidades humanas - a pesquisa e o desenvolvimento de medicamentos essenciais, conforme os resultados da Comissão sobre Propriedade Intelectual, Inovação e Saúde Pública (CIPIH, sigla em inglês). As deliberações deste grupo são vistas como uma oportunidade para explorar alternativas à utilização das patentes de medicamentos como forma de incentivo à inovação e ao desenvolvimento de medicamentos novos e mais baratos. O plano de trabalho inicial do ICWG gerou inúmeras recomendações sobre questões que incluem o fortalecimento de capacidades de inovação, transferência de tecnologia, administração da propriedade intelectual e mecanismos de

financiamento.

A principal divergência entre os Membros da OMS refere-se ao papel desempenhado por esta organização no tratamento das regras internacionais de propriedade intelectual, em especial no que tange o Acordo da OMC sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). Especialmente controversa foi a discussão sobre a amplitude do plano de ação, mais especificamente se este deveria abranger o estímulo ao uso das flexibilidades legais previstas no Acordo TRIPS. Tais flexibilidades facilitam a introdução de medicamentos genéricos no mercado e são consideradas cruciais para o acesso a medicamentos.

O Brasil considerou que muitas questões relacionadas à propriedade intelectual merecem maior atenção. Dentre elas, destacou a implementação integral das flexibilidades do Acordo TRIPS, a entrada de medicamentos genéricos no mercado imediatamente após o término do prazo da patente e o aperfeiçoamento do processo de concessão de patentes. O Brasil propôs, ainda, um mapeamento dos vários mecanismos de flexibilidade previstos em acordos internacionais, relevantes para assegurar o acesso a medicamentos.

A Malásia solicitou uma reavaliação do atual sistema de propriedade intelectual, de modo a garantir que as necessidades de saúde pública não sejam afetadas negativamente por padrões mais rígidos de proteção aos direitos de propriedade intelectual.

Diversos países desenvolvidos (PDs), por sua vez, argumentaram que o Acordo TRIPS e as regras sobre propriedade intelectual estabelecidas em acordos comerciais bilaterais não se enquadram no mandato outorgado à OMS. Os Estados Unidos da América (EUA) ressaltaram que o IGWG não deveria considerar diversas questões mencionados no atual esboço do plano de ação, tais como: as flexibilidades do TRIPS, acordos comerciais bilaterais, licenças compulsórias e dispositivos que incentivam a entrada de medicamentos genéricos no mercado logo após a expiração da patente. O governo estadunidense alegou que tais questões eram mais adequadas ao escopo e ao mandato da OMC e da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).

A Austrália afirmou que não aceitaria qualquer proposta que a obrigasse a retirar dispositivos TRIPS-plus de acordos bilaterais, ou seja, regras mais rígidas de proteção à propriedade intelectual que aquelas contidas no Acordo TRIPS. Além disso, o governo australiano apoiou a proposta de cooperação com a OMPI, a OMC e outras organizações, tendo em vista o mandato de cada uma.

Outros assuntos polêmicos referem-se a mecanismos alternativos de financiamento para a promoção de inovação farmacêutica. Uma das propostas apresentadas tem como objetivo a criação de um tratado global de acordo com o qual os governos financiariam a pesquisa e o desenvolvimento de medicamentos e também tornariam públicas as descobertas, o que levaria à produção e à venda de medicamentos mais baratos, já que não haveria custos de pesquisa para serem compensados. Outro mecanismo prevê o gerenciamento coletivo de direitos de propriedade intelectual por meio de um pool de patentes. Um terceiro modelo seria baseado em Fundos de Incentivo (Prize Funds), que condicionariam os incentivos financeiros concedidos à inovação a melhores resultados em assistência médica.

Diante dessa proposta, Bangladesh sugeriu que o IGWG analisasse o modelo dos Fundos de Incentivo e ressaltou que a separação entre incentivos à inovação e preços de medicamentos garantiria preços mais baixos para novos medicamentos. Bangladesh também apoiou a análise formal da proposta de elaboração de um tratado sobre pesquisa e desenvolvimento. Os EUA, contrariamente, em seus comentários apresentados ao IGWG, afirmaram não apoiar qualquer novo mecanismo de financiamento; e o Japão recomendou o uso dos mecanismos já existentes para promover pesquisa e desenvolvimento de modo mais eficiente.

O Irã, por sua vez, sugeriu que a descoberta de produtos inovadores relacionados à saúde deveria ser compartilhada entre PDs e países em desenvolvimento (PEDs), de modo a combater a chamada "fuga de cérebros" - ou seja, a migração de cientistas de PEDs para PDs que acabam por promover inovação nestes países. Os EUA sustentam, por outro lado, que os PEDs devem fortalecer seus recursos humanos e tratar a questão da migração de profissionais da saúde de modo a respeitar a liberdade dos indivíduos de migrar e buscar um futuro melhor para si mesmos e suas famílias.

Uma questão subjacente aos comentários apresentados pelos países ao IGWG refere-se à necessidade de maior informação e melhores práticas para a promoção da inovação. A União Européia (UE) pediu mais informações sobre os elementos do plano de ação, e questionou os impedimentos ao investimento em pesquisa e desenvolvimento, em nível nacional e internacional, bem como as opções para aperfeiçoamento da coerência política. A Tailândia solicitou a compilação das boas práticas e das experiências sobre a implementação das flexibilidades do Acordo TRIPS e ressaltou que compartilhar experiências ajudaria os PEDs. Os EUA sugeriram que a OMS auxiliasse a OMPI a compilar e disseminar as

melhores práticas, de modo a melhorar as inovações relacionadas à saúde.

Ellen 't Hoen, da organização não governamental Médicos Sem Fronteiras (MSF), afirmou que as discussões do IGWG centraram-se, até o presente momento, apenas nos procedimentos, e que não houve debates de conteúdo, mas ela acredita que agora os Membros discutem propostas mais concretas.

Spring Gombe e Thiru Balasubramaniam, da organização Knowledge Ecology International, elogiaram o papel de liderança desempenhado por países que pioneiramente reconheceram a necessidade de avaliar novos métodos de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento (Bangladesh, Bolívia, Índia, Irã, Noruega, Tailândia e Timor Leste). Esses países também comprometeram-se a apoiar o sistema de preços como um método para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento e combater os altos preços dos medicamentos. Eles manifestaram, ainda, esperança de que os países africanos, extremamente importantes no início dos trabalhos do IGWG, façam novas observações, por tratar-se de um tema relevante para eles.

Até o final de julho, o Secretariado consolidará os comentários dos países sobre a atual versão do plano de ação, e em novembro deste ano deve ocorrer a sessão final do IGWG. A princípio, a versão final do plano de ação deverá estar pronta para ser adotada em maio de 2008, quando ocorrerá a Assembléia da OMS, principal instância de tomada de decisão desta organização. Bangladesh e Bolívia mostraram-se preocupados com o pouco tempo que o IGWG terá para finalizar seus trabalhos e pediram a extensão do prazo por mais um ano, até 2009.

Os documentos relativos ao IGWG, em especial os comentários apresentados pelos países ao plano de ação, encontram-se disponíveis em <<http://www.who.int/phi/en/>>.

### **Brasil decreta licenciamento compulsório de medicamento anti-retroviral**

A relação entre propriedade intelectual, medicamentos e saúde pública não tem sido objeto de discussão apenas na OMS. No Brasil, no dia 26 de abril, foi publicada a Portaria nº 866 do Ministério da Saúde (MS), que declarou o Efavirenz - droga anti-retroviral produzida pelo laboratório Merck, Sharp & Dohme - medicamento de interesse público. Com isto, o país deu o primeiro passo necessário à concessão de licença compulsória para uso público não-comercial do medicamento.

Em nota divulgada à imprensa, o MS afirma que negociava sem êxito, desde 2006, a redução do preço do Efavirenz com o laboratório que o produz. Segundo dados do MS, 38% dos pacientes beneficiados pelo tratamento oferecido pelo Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS utilizam o Efavirenz. Isto equivale a 75 mil pacientes, de um total de 200 mil beneficiários.

Com isto, ainda segundo o MS, o governo gasta US\$ 42,9 milhões por ano com este medicamento (comprado a US\$ 1,59 por comprimido - US\$ 580 por paciente). Com o possível licenciamento compulsório, este custo poderá ser reduzido para aproximadamente US\$ 165 por paciente/ano, totalizando US\$ 30 milhões em 2007 e, até 2012 - ano em que a patente do Efavirenz expirará -US\$ 236, 8 milhões.

O laboratório Merck, Sharp & Dohme teve 7 dias para pronunciar-se após a declaração de interesse público. Nesse período, o laboratório ofereceu desconto de 30% sobre o preço de US\$ 1,59 por comprimido, valor pago atualmente pelo Governo Federal. De acordo com o MS, a proposta foi considerada insatisfatória, e no dia 4 de maio foi assinada, pelo Presidente da República, decreto que oficializa o licenciamento compulsório do medicamento Efavirenz.

A outorga de licenças compulsórias encontra respaldo, em âmbito internacional, no artigo 31 do Acordo TRIPS e, na esfera interna, na lei 9279/96 (arts. 68 a 74). Além disso, a Declaração sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, elaborada no âmbito da 4ª Conferência Ministerial da OMC, ocorrida em Doha, Catar, reconheceu a possibilidade de concessão de licenças compulsórias para a produção de medicamentos.

Tradução e complementação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Digest*, v. 11, n. 14, 25 abr. 2007.

Fontes consultadas:

Brasil. Ministério da Saúde. Nota à imprensa - início de processo de licenciamento compulsório anti-retroviral. 26 abr. 2007. Disponível em

<[http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias\\_detalhe.cfm?co\\_seq\\_noticia=29456](http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=29456)>.

Acesso em: 27 abr. 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. Brasil decreta licenciamento compulsório do Efavirenz. 04 mai. 2007. Disponível em:

[http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias\\_detalhe.cfm?co\\_seq\\_noticia=29717](http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=29717). Acesso em: 06 mai. 2007.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Declaração sobre o Acordo de TRIPS e Saúde Pública. IV Conferência Ministerial da OMC (versão em português). Disponível em:

<[http://www.mre.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=346&Itemid=306](http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=346&Itemid=306)>. Acesso em: 27 abr. 2007.

Brasil. Lei nº 9297. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. 14 mai. 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2007.

## NOTÍCIAS REGIONAIS

### União Européia reforça cooperação com América Latina

Entre os dias 18 e 23 de abril ocorreram uma série de reuniões entre representantes da União Européia (UE) e delegados de diversos países e blocos da América Latina e Caribe. A UE aproveitou essa oportunidade para reforçar os laços de cooperação com a região e apresentar planos de ajuda financeira aos países participantes dos encontros.

Santo Domingo, na República Dominicana, foi sede da 13ª Reunião Ministerial entre o Grupo do Rio (formado por Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) e a UE. Dentre os principais temas tratados no encontro, destacam-se: a situação do Haiti, meio ambiente e alterações climáticas, energia, luta contra a pobreza e reforço do multilateralismo. A próxima reunião ministerial deverá ocorrer em 2009 em Praga, na República Checa.

A 13ª Reunião Ministerial Grupo do Rio-UE serviu, ainda, para a realização de outros encontros (todos ocorridos no dia 19 de abril), a saber: (i) 13ª Reunião Ministerial entre Comunidade Andina de Nações (CAN) e UE; (ii) 5ª Reunião Conselho Conjunto entre UE e México; e (iii) Reunião Ministerial do Diálogo de San José entre UE e América Central (grupo de diálogo político criado em setembro de 1984 pelos países

membros da UE e por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá).

Dentre os principais temas discutidos na reunião CAN-UE, destacam-se o início das negociações de um Acordo de Associação entre os dois blocos e a apresentação do Programa Indicativo Regional 2007-2013.

Quanto às negociações comerciais, ficou acordado que estas serão iniciadas na próxima reunião da Comissão Mista entre UE e CAN, que ocorre em La Paz, Bolívia, no final de maio. A UE ressaltou, no entanto, que o avanço das negociações depende da adoção de medidas, por parte da CAN, para a harmonização dos regimes aduaneiros de seus Membros. Quanto à definição do ponto inicial de desgravação (tarifa base que servirá de início para as negociações) - outra questão suscitada pela UE - recorde-se que no final de março, a CAN estabeleceu um ponto inicial de desgravação que abrangia 75% do total de linhas tarifárias do bloco.

O Programa Indicativo Regional prevê o envio de 713 milhões de euros da UE à CAN entre 2007 e 2013. Deste total, 234 milhões são destinados à Bolívia (o objetivo principal é a criação de empregos e a geração de desenvolvimento local); 160 milhões à Colômbia (a fim de fomentar a competitividade empresarial do país); 137 milhões ao Equador (com vistas a apoiar as pequenas e médias empresas), 132 milhões ao Peru (para modernizar as instituições públicas e o combate à pobreza); e 50 milhões ao reforço da integração regional (destinados, principalmente, à coesão econômica e social e ao combate a drogas ilícitas).

A reunião UE-México, por sua vez, debateu questões relacionadas a mudanças climáticas, migração internacional e cooperação. Nesse sentido, as partes elegeram três temas prioritários para a cooperação entre 2007 e 2013: (i) coesão social; (ii) competitividade sustentável; e (iii) educação e cultura. México e UE também ressaltaram o aumento de 39% no fluxo comercial entre os dois países, que, em 2006, alcançou US\$ 42 bilhões. A próxima reunião do Conselho Conjunto deve ocorrer no primeiro semestre de 2009, embora já esteja previsto um encontro entre UE e México na próxima Cúpula UE-América Latina e Caribe, que ocorre em Lima, Peru, em 2008.

Já na reunião do Diálogo de San José, o debate centrou-se nos acordos de cooperação econômica entre os países da América Central e a UE. Durante a reunião foi apresentado o Plano de Cooperação Regional e Bilateral para 2007-2013, elaborado pela Comissão Européia. Esse plano prevê uma ajuda financeira total de mais de 800 milhões de euros -

destinados principalmente à coesão social e ao estímulo ao comércio e crescimento econômico - distribuídos da seguinte forma: 34 milhões para a Costa Rica, 121 milhões para El Salvador, 135 milhões para a Guatemala, 223 milhões para Honduras, 214 milhões para Nicarágua, 38 milhões para o Panamá e 75 milhões para a cooperação regional.

Além dos encontros acima mencionados, ocorreu, no dia 23 de abril, na Guatemala, a 15ª Reunião da Comissão Mista entre América Central e EU. Nesta reunião, as partes concordaram em iniciar, no final de junho, negociações com vistas à celebração de um Acordo de Associação entre elas. A UE, no entanto, condiciona as negociações ao desenvolvimento do processo de integração econômica centro-americano. Nesse sentido, no início de junho os países da América Central devem celebrar um Acordo Marco de União Aduaneira. Além disso, tais países comprometeram-se a apresentar uma proposta de harmonização de suas linhas tarifárias e esforçarem-se para conseguir a imediata ratificação do Tratado Centro americano de Investimentos e Serviços. A 16ª Reunião Ministerial ocorre em Bruxelas, Bélgica, no primeiro semestre de 2008.

#### **Aprovados os mandatos para negociação de acordos UE-América Central e UE-CAN**

Dentro deste contexto de aprofundamento da cooperação com os países da América Latina, o Conselho de Ministros de Relações Exteriores da UE aprovou, no último dia 23 de abril, as diretrizes de negociação de um Acordo de Associação com os países da América Central e da CAN.

A decisão da UE corresponde à nova política comercial do bloco, divulgada em outubro do ano passado pela Comissão Europeia. De acordo com esta nova política, recomenda-se a celebração de acordos de livre comércio com as economias mais importantes, a fim de assegurar mercados para os negócios europeus. Nesse sentido, o referido Conselho também aprovou os mandatos de negociação de acordos comerciais com Índia e Coreia do Sul, duas das principais economias da Ásia.

No caso dos países da América Central, segundo a Comissária de Relações Exteriores da UE, Benita Ferrero-Waldner, o mandato está sujeito à celebração do Acordo Marco sobre União Aduaneira entre El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Além disso, determinou-se que os países da América Central serão representados nas negociações por um porta-voz rotativo a cada rodada de negociação - e não por um coordenador comum, como defendia a UE.

Alguns dias antes da reunião do Conselho de Ministros, no entanto, o Comitê de Relações Permanentes (COREPER) da UE já havia acordado as modalidades dos mandatos de negociação que a Comissão Europeia - encarregada de conduzir as relações exteriores da UE - receberia para negociar com a CAN e com os países da América Central.

O Comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, afirmou em conferência de imprensa que, devido às reservas expressas durante a discussão sobre os mandatos de negociação, o COREPER decidiu incluir uma série de salvaguardas adicionais para certos serviços. Aparentemente, a Bélgica havia mostrado-se reticente em dar voto favorável aos mandatos em questão, tendo apenas aprovado os referidos mandatos após as garantias dadas pela Comissão quanto à proteção de serviços públicos em questões culturais.

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. 4, n. 8, 1 de mayo 2007.

Fontes consultadas:

CAN. Nota à Imprensa. *CAN define arancel base para negociar com UE y logra coincidencias en el 75% de partidas arancelarias*. 30 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/prensa/notas/np30-3-07.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2007.

CAN. *Reunión Ministerial UE-Comunidad Andina. Comunicado Conjunto*. 19 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.comunidadandina.org/documentos/actas/u\\_e\\_can\\_abril2007.htm](http://www.comunidadandina.org/documentos/actas/u_e_can_abril2007.htm)>. Acesso em: 02 mai. 2007.

CAN. Nota à Imprensa. *La UE va a entablar negociaciones para celebrar un Acuerdo de Asociación con la Comunidad Andina*. 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/prensa/notas/np24-4-07a.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2007.

CAN. Secretaria General. *Memorandum de Entendimiento entre la Comisión Europea y la Secretaría General de la Comunidad Andina Relativo al Programa Indicativo Regional 2007-2013*. SG/di 839. 26 abr. 2007. Disponível em:

<[http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c\\_Newdocs.asp?GruDoc=02](http://intranet.comunidadandina.org/IDocumentos/c_Newdocs.asp?GruDoc=02)>. Acesso em: 02 mai. 2007.

Ciberamerica. Conclui com otimismo a reunião EU - Grupo do Rio. 23 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Portugues/>

general/noticias/detalle?id=9099>. Acesso em: 02 mai. 2007.

UE. Nota à imprensa. UE - América Central: con motivo de su visita a Guatemala, la Comisaria Ferrero-Waldner anuncia un programa de ayuda de 840 millones de euros. IP/07/505. 17 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.delnic.ec.europa.eu/es/whatsnew/noticia\\_20070417.htm](http://www.delnic.ec.europa.eu/es/whatsnew/noticia_20070417.htm)>. Acesso em: 02 mai. 2007.

UE. Conselho da União Européia. Réunion Ministérielle du Dialogue de San Jose entre la Troïka de L'Union Européene et les Ministres des pays d'Amérique Centrale. Communiqué Conjoint. 8669/07 (Presse 85). 19 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/newsWord/fr/er/93748.doc>>. Acesso em: 02 mai. 2007.

UE. Conselho da União Européia. Conseil Conjoint EU-Mexique. Communiqué Conjoint. 19 abr. 2007. 8671/07 (Presse 87). Disponível em:

<<http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/newsWord/fr/er/93746.doc>>. Acesso em: 02 mai. 2007.

UE. Conselho da União Européia. 13ª Reunião entre o Grupo do Rio e a União Européia. Comunicado Conjunto. 8743/07 (Presse 88). 20 abr. 2007. Disponível em:

<<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/07/88&format=PDF&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>>. Acesso em: 02 mai. 2007.

---

## Brasil aumenta tarifa de importação de têxteis de 20% para 35%

Em reunião realizada no último dia 25 de abril, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) - órgão responsável pela formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços - aprovou a elevação de 20% para 35% da tarifa de importação para produtos têxteis e calçados. A reunião contou com a presença de técnicos do governo e representantes da indústria têxtil.

A reivindicação das empresas brasileiras é de longa data. As entidades representativas dos dois setores (Associação Brasileira da Indústria Têxtil - ABIT e Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - Abicalçados) queixam-se de concorrência desleal em relação a produtos importados e da demora dos processos de defesa comercial. Por isso, as empresas deste setor solicitam que o governo federal tome

providências no sentido de eliminar as importações ilegais, reduzir os tributos e combater a sonegação fiscal e a informalidade nos negócios. Elas também pedem o apoio do governo à celebração de acordos comerciais que facilitem o acesso aos mercados europeus e estadunidense e intensifiquem a defesa do setor nas negociações da OMC.

Algumas medidas já foram tomadas. Com o intuito de coibir práticas ilegais de comércio, a Receita Federal liberou, em março deste ano, o acesso aos dados das importações dos setores. Por meio de consulta à página da Receita na internet, já podem ser identificadas as operações de compra de mercadorias estrangeiras. A identidade dos importadores é preservada, mas é possível saber o país de origem e outras informações que podem indicar pirataria, subfaturamento, dumping e sonegação fiscal. Há três anos o percentual de irregularidades era de 2%; hoje é de 7%.

Para combater a informalidade, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) tem apoiado ações de incentivo à formalização de empresas, tais como a redução da carga tributária e a simplificação do registro. Em relação às medidas de desoneração da cadeia produtiva, discute-se a redução de alíquotas da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS), mas ainda não há propostas concretas.

## Implicações jurídicas

Perante a OMC, é legítimo que o Brasil eleve as tarifas de importação no setor. De fato, apesar da finalidade deste foro multilateral ser o livre comércio, ou seja, a redução gradual e progressiva de tarifas e outros tipos de barreiras ao comércio (conforme terceiro parágrafo do Preâmbulo do Acordo Constitutivo da OMC), o aumento das tarifas de importação é legítimo quando os objetivos são a proteção do comércio transparente e o combate a práticas ilegais, desde que tal aumento esteja dentro da tarifa consolidada pelo país. No caso brasileiro, essa tarifa é de 35%, o que significa que a alíquota adotada pelo país para importações de têxteis e calçados é a máxima permitida.

No entanto, a medida precisa ser aprovada no âmbito do Mercosul, já que o país faz parte de uma União Aduaneira que pressupõe uma Tarifa Externa Comum (TEC) para todos os países do bloco. Acredita-se que essa aprovação não deve enfrentar empecilhos, já que a Argentina também adota tarifa de importação de 35% para tais bens de consumo - os têxteis constam da lista de exceções do país à TEC. Além disso, já foram realizadas conversas prévias com representantes

argentinos, uruguaios e paraguaios, e a sinalização parece ser positiva.

### Opiniões de economistas

A opinião dos economistas brasileiros sobre a medida encontra-se dividida. De um lado estão os que acreditam que ela pode funcionar em caráter emergencial para dar fôlego aos setores, cuja competitividade está sendo afetada pelo câmbio. A medida caracterizaria, assim, uma salvaguarda comercial. Para outros, no entanto, a estratégia seria um erro e um instrumento ultrapassado.

Na opinião de João Carlos Ferraz, diretor da divisão de desenvolvimento produtivo e empresarial da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a medida brasileira só será positiva se houver uma contrapartida das empresas, pois, para ele, uma ação defensiva precisa ser acompanhada de outra pró-ativa. O ideal, na opinião do diretor da CEPAL, seria que a tarifa mais alta vigorasse por um período de tempo determinado, durante o qual as empresas poderiam investir em mão-de-obra e inovação tecnológica, de modo a produzir mais e melhor e competir em pé de igualdade com as empresas estrangeiras. É importante ressaltar o auxílio dado ao setor têxtil em 1995, que veio acompanhado de um programa de modernização.

Sobre o possível crescimento da inflação no país em virtude dessa medida, também há controvérsias. Por um lado, acredita-se que o aumento das alíquotas dificilmente geraria inflação por conta da expressiva valorização do real; por outro deve-se lembrar que a elevação das alíquotas de importação pode ser repassada aos preços de produtos do mercado interno.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Mercado Comum do Sul, Mercosul, <<http://www.mercosur.int>>, acesso em 30.abr.2007;

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil, disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/ascom/noticias/noticia.php?cd\\_noticia=7454](http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/ascom/noticias/noticia.php?cd_noticia=7454)>, acesso em 26.abr.2007;

Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/index.php?page=noticias&id=958>>, acesso em 30.abr.2007;

Associação Brasileira das Indústrias Têxteis, disponível em:

<<http://www.abit.org.br/content/noticia/noticia.asp?nCodNoticia=2882>>, acesso em 30.abr.2007;

Ministério do Planejamento do Brasil, disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=172787>>, acesso em 30.abr.2007;

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), disponível em: <<http://www.eclac.org/brasil/noticias/noticias/2/27902>>, acesso em 30.abr.2007.

## BREVES MULTILATERAIS

Publicado relatório de painel sobre pneus  
 pneumáticos do G-6 concordam que é preciso concluir a Rodada Doha em 2007

Brasília pare estar satisfeita com a decisão do painel da OMC que julgou a queixa das Comunidades Europeias (CE) contra restrições brasileiras à importação de pneus usados. O relatório, no entanto, apresentado às duas partes em 23 de abril permanecerá confidencial até meados de junho, e as duas partes hesitam em divulgar detalhes da decisão.

O Brasil fundamentou suas restrições à importação com argumentos ambientais e de saúde pública. De acordo com o Brasil, a importação de pneus usados gera mais efeitos adversos do que a importação de pneus novos, como, por exemplo, a proliferação de mosquitos que transmitem doenças como a malária e a dengue. Por esta razão, alegou o país, as medidas por ele adotadas não deveriam ser punidas, já que estão de acordo com o artigo XX do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), que prevê situações nas quais os Membros podem abrir exceções às obrigações de livre comércio assumidas.

O parágrafo introdutório do artigo XX do GATT, no entanto, especifica que tais medidas somente são permitidas quando não constituem discriminação arbitrária ou não justificável, ou quando apenas disfarçam uma barreira ao comércio internacional.

O problema, no entanto, é que enquanto as importações de pneus usados provenientes de outros países são proibidas, as importações brasileiras de pneus oriundas dos países do Mercosul continuam a acontecer. Em uma nota à imprensa, o Ministro das

Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, descreveu a decisão como "mais do que favorável" aos argumentos do Brasil. O Ministro reconheceu a sensibilidade do painel ao enfrentar as questões ambientais e de saúde pública.

Fontes envolvidas no caso afirmam ser possível que o painel tenha decidido contrariamente à maneira como o Brasil aplicou suas restrições comerciais, mas favoravelmente à necessidade - e conseqüente direito - do país de obstruir o comércio internacional de modo a proteger o meio ambiente e a saúde pública.

Supostamente, o painel concordou com a necessidade das restrições brasileiras para a proteção da vida e da saúde dos seres humanos, animais e plantas, bem como para a conservação de recursos naturais não renováveis, em conformidade com o artigo do GATT. O painel, entretanto, concluiu que as medidas eram aplicadas de forma arbitrária, o que as excluiu da possibilidade de obstruir o comércio internacional, de acordo com o parágrafo introdutório do artigo XX.

O problema, no entanto, são os pequenos detalhes. Se, de fato, o painel tiver aceito que as restrições brasileiras à importação são protegidas pelo artigo XX do GATT, o caminho pode estar aberto para que o país elabore seus argumentos de modo a garantir que haja total conformidade com as condições estabelecidas no caput do artigo. Se for este o caso, as CE teriam grande interesse em recorrer do relatório. Até o momento, Bruxelas recusa-se a confirmar esta hipótese.

A partir do momento que o relatório for divulgado, ambas as partes terão 60 dias para recorrer da decisão.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n.15, 2 mai. 2007.

---

## [Brasil conclui investigação de dumping nas exportações chinesas de pedivelas](#)

Há duas semanas, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) do Brasil concluiu processo de investigação de prática de dumping de exportações chinesas de pedivelas para bicicletas (circunferência de metal que permite a fixação do pedal). O processo será agora apreciado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do MDIC, que decidirá sobre a aplicação ou não de tarifa antidumping.

Em 6 de setembro de 2006, o Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários (SIMEFRE), em nome da empresa Metalúrgica Duque S.A. - que, segundo a própria SIMEFRE, detém 100% da produção nacional de pedivelas - solicitou a instauração do processo de investigação de prática de dumping das exportações chinesas deste produto. Em 6 de dezembro, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do MDIC, mediante a Circular nº 82, determinou a abertura do processo de investigação.

Dumping consiste na introdução de um bem em determinado mercado a preço de exportação menor que a média do valor do produto no mercado interno do país exportador, o que causa dano à indústria receptora do referido bem. Para dar início à investigação, a Circular apurou como margem de dumping absoluto o valor de US\$ 0,67 por peça.

Em sua petição, o SIMEFRE considerou que, no período que vai de outubro de 2002 a setembro de 2005, houve redução de 34,3% da produção nacional de pedivelas e queda de 116% na lucratividade da indústria doméstica. Neste mesmo período, a tarifa de importação do produto caiu de 17,5% para 16%.

Além disso, conforme dados do Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior (Sistema Aliceweb) do MDIC, de janeiro a março deste ano as exportações chinesas de pedivelas para o Brasil somaram US\$ 5, 4 milhões. Este valor é quase três vezes maior que os números do mesmo período do ano anterior, US\$ 1,9 milhões. Ademais, entre 2003 e 2006, a importação de pedivelas oriundas da China aumentou cerca de 230%, ou seja, passou de US\$ 4,6 milhões para US\$ 15,2 milhões.

Segundo estatísticas do DECOM, das 51 medidas antidumping atualmente aplicadas pelo Brasil, 13 referem-se a exportações chinesas, tais como lápis, ímãs, ventiladores de mesa e cadeados. Ainda segundo este órgão, das 23 investigações de dumping em curso, 15 envolvem a China. Dentre essas, destacam-se aquelas relativas a ferros de passar roupa, chapas de alumínio, escovas para cabelo, auto-falantes e óculos, todas propostas entre abril e dezembro do ano passado. Muitas já se encontram em fase de conclusão.

A investigação recentemente concluída sobre as pedivelas de bicicletas não é um fato isolado. Trata-se de mais uma evidência que sustenta a tese de que grande parte das exportações chinesas constituem práticas desleais ao comércio internacional. Treze situações já confirmaram práticas desleais e tarifas antidumping foram aplicadas. Resta saber se o mesmo

ocorrerá ao longo dos próximos meses, com o término das investigações ainda em curso.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Brasil. MDIC. Direitos Antidumping e Medidas de Salvaguarda em vigor. Mar. 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/dec/om/medidas/emVigor.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

Brasil. MDIC. Investigações em Curso. Mar. 2007. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/dec/om/investigacoes/emCurso.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

Brasil. MDIC. Circular SECEX nº 82. 6 dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/cirsecex/2006/circ2006-82.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

Brasil. MDIC. Análise das Informações de Comércio Exterior (Aliceweb). Disponível em:

<<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/default.asp>>.

Acesso em: 30 abr. 2007.

Brasil. Decreto Presidencial nº 1602. Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos, relativos à aplicação de medidas antidumping. 23 ago. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/D1602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1602.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2007.

## BREVES REGIONAIS

### Ineficiência e ineficácia prejudicam o sistema de ajuda alimentar dos EUA

Práticas ineficientes no sistema de ajuda alimentar estadunidense têm reduzido drasticamente a quantidade e a qualidade dos alimentos. O prazo de

entrega, por sua vez, tem sido cada vez maior. Estes são os dados mais recentes apresentados pelo braço investigativo do Congresso dos Estados Unidos da América (EUA), o *Government Accountability Office* (GAO, sigla em inglês).

O aumento dos custos de negócios e transporte tem contribuído para um declínio de 52% no volume médio de alimentos entregue nos últimos anos, afirmam os investigadores. Esses custos representam 65% do total da ajuda alimentar de emergência, o que deixa apenas 35% para a compra de alimentos.

O relatório concluiu que a eficácia e a eficiência do sistema de ajuda alimentar dos EUA diminuíram devido a processos de financiamentos e planejamentos que aumentam os custos e os prazos das entregas. Da mesma forma, o transporte marítimo e práticas contratuais caras obrigam os exportadores a agregar fatores como riscos de atrasos portuários ao valor das mercadorias. Três quartos de toda a carga gerada pelo Governo dos EUA, por exemplo, devem ser transportados em navios de bandeira estadunidense, e isto inclui ajuda alimentar.

Outros fatores negativos identificados no relatório incluem requerimentos que fazem com que os contratos de ajuda alimentar sejam concedidos a fornecedores de serviço mais caros, bem como coordenação inadequada referente a problemas de entrega entre agências estadunidenses, governos receptores e Organizações Não Governamentais (ONGs).

O relatório foi preparado a pedido do Comitê de Agricultura do Senado, como parte das audições sobre a futura Lei Agrícola. Enquanto o Departamento de Agricultura (USDA, sigla em inglês) e a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID, sigla em inglês) dos EUA têm tomado medidas para melhorar os prazos de ajuda, o GAO observou que a eficácia do custo destas reformas a longo prazo permanece incerta.

Os investigadores mostraram-se particularmente críticos em relação à "monetização" da ajuda alimentar - situação na qual o alimento é vendido para gerar recursos para projetos de desenvolvimento. De acordo com o relatório, este é um uso ineficaz dos recursos, pois a monetização requer que o alimento seja comprado, enviado e eventualmente vendido, um processo que gera custos em cada etapa.

Nas negociações sobre agricultura da Rodada Doha, os parceiros comerciais dos EUA criticaram fortemente a monetização. Ademais, a União Européia (UE) argumentou que a ajuda alimentar dos EUA muitas vezes disfarça subsídios à exportação.

As propostas da administração Bush para futuras despesas agrícolas indicam que 25% do orçamento para ajuda alimentar deverá ser feito em dinheiro, a fim de facilitar a compra local. Para tornar a entrega da ajuda alimentar mais eficiente, o GAO recomenda, entre outras ações, melhoras no planejamento logístico, contratação e monitoramento.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, v. 11, n.14, 25 abr. 2007.

### Chile confirma aplicação de medidas antidumping à farinha de trigo argentina

No último dia 17 de abril, o Ministro da Agricultura do Chile, Álvaro Rojas, informou que a Comissão Nacional de Distorções do Chile confirmou a aplicação de impostos extras às importações de farinha de trigo da Argentina. Segundo Rojas, a salvaguarda adicional de 31% será estendida por um ano. A cifra determinada pela Comissão Nacional de Distorções é levemente inferior à medida provisória de 33,1 %, fixada em janeiro e que expirou no dia 11 de abril.

Segundo o Chile, a maior competitividade argentina deve-se à política anti-inflacionária do governo, que mantém o preço do trigo congelado para a indústria local a US\$120 por tonelada, o que conseqüentemente gera uma farinha de trigo mais barata. O Ministro também afirmou que desde a aplicação da medida provisória, tem havido uma baixa considerável no montante das importações, o que significa que a medida foi oportuna e logrou o efeito esperado.

Em Buenos Aires, a Federación de la Industria Molinera (FAIM) rechaçou os argumentos chilenos e alegou que a produção argentina que chega ao Chile representa apenas 0,4% das exportações. O próximo passo para a FAIM pode ser solicitar ao governo argentino que inicie consultas perante a OMC.

De acordo com o presidente da FAIM, Alberto Espanha, o procedimento na OMC é complexo e muito longo. Para ele, os chilenos ganham tempo, enquanto a farinha argentina perde todo um mercado.

No dia 8 de março, no entanto, a Argentina (um dos cinco maiores exportadores mundiais de trigo) suspendeu as exportações de trigo e farinha derivada, para assegurar a oferta doméstica do cereal. A determinação foi um duro golpe ao Chile, já que o país mantém um déficit na produção deste cereal. O governo chileno estima que gastará entre US\$160 e

US\$180 milhões com importações em 2007 para suprir a escassez de trigo.

Pode parecer estranho que o Chile aplique medidas de salvaguarda contra as importações argentinas justamente agora, que se encontra deficitário. Por um lado, graças a tratados comerciais o Chile tem acesso ao barato trigo estadunidense e canadense, ainda que a um preço um pouco mais elevado do que o argentino devido aos custos de frete. Por outro lado, no entanto, o país busca maiores níveis de auto-suficiência, de modo a depender um pouco menos da Argentina. Neste sentido, Enrique Bühler, diretor da Sociedade Agrícola de Gado de Osorno e presidente da Comissão de Cereais do Chile, afirmou que o país é capaz de produzir trigo suficiente, mas que precisa de condições de mercado mais claras.

Frente às distorções externas, o Ministro Álvaro Rojas afirmou que o governo garantirá aos produtores nacionais de trigo preço similar ao internacional para a importação do produto. Para ele, trata-se de uma correção justa, uma defesa comercial que equilibra as condições entre produção nacional e estrangeira.

Segundo Luis Schmidt, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), as decisões da Argentina provocam um desajuste no mercado chileno, o que enseja a tomada de medidas adequadas. "Levamos esta questão a diferentes autoridades, pois cremos que é chagado o momento no qual o Chile deve denunciar formalmente a Argentina perante a OMC, tanto pela política que aplica a seus sócios comerciais quanto por tomar decisões de forma unilateral", afirmou ele.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. IV, n. 8, 1 de maio de 2007.

## EVENTOS

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

[http://www.wto.org/english/news\\_e/events\\_e/events\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/events_e/events_e.htm)

Local: Genebra, Suíça

7 de maio

Reunião do Comitê de Revisão de Políticas Comerciais  
Caso Costa Rica

WTO/AIR/2978/Corr.1

7 a 11 de maio  
Semana NAMA (Negociações em Produtos Não-Agrícolas)  
Semana Genebra

8 de maio  
Reunião do Comitê de Valoração Aduaneira  
Caso WTO/AIR/3007/Rev.1

9 de maio  
Reunião do Comitê de Revisão de Políticas Comerciais  
Caso Costa Rica  
WTO/AIR/2978/Corr.1  
- Reunião do Conselho Geral WTO/AIR/3008

11 de maio  
Reunião do Órgão de Solução de Disputas  
Caso WTO/AIR/3010

14 de maio  
- Reunião do Comitê sobre Acordos Regionais de Comércio  
Caso WTO/AIR/2993

### UNCTAD

<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intltemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>

07 a 11 de maio  
Iniciativa Global sobre Commodities: primeiro Pré-Evento UNCTAD XII  
Brasília, Brasil  
Consultas técnicas para rever documentos de acesso à OMC  
Genebra, Suíça

### ONU

<http://www.un.org/esa/meeting.htm>

Nova Iorque

14 a 18 de maio  
Reunião do Comitê sobre Organizações Não-Governamentais  
6ª Sessão do Fórum Permanente sobre questões indígenas

14 de maio a 01 de junho  
- 38ª Sessão do Comitê sobre Eliminação da Discriminação contra a Mulher

Genebra

30 de abril a 18 de maio  
38ª Sessão do Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais  
38ª Sessão do Comitê contra Tortura

Viena

7 a 11 de maio  
Reunião do IAEA - Board of Governors  
Comitê de Programas e Orçamento

7 a 18 de maio  
89ª Sessão do Conselho Internacional de Controle de Narcóticos  
Reunião da Conferência sobre Convenção sobre mudanças climáticas

### Banco Mundial

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,enableDHL:TRUE~hPK:961926~menuPK:34482~pagePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>

9 de maio  
Reunião Serviços no Paquistão: uma revisão das metodologias do e-service

14 a 16 de maio  
Simpósio sobre Pesquisa Urbana

14 a 25 de maio  
Reunião: Educação para o Desenvolvimento e Competitividade: desafios e oportunidades para a educação pós-elementar

17 de maio  
Reunião GD LN Diálogos Políticos sobre Inovação e Competitividade na Rússia  
Reunião Tajiquistão: Estratégia PSD - do consenso à implementação

### Fóruns Regionais

#### CEPAL

<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>  
16 de maio  
Reunião Preparatória Subregional para a América Central da Décima Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe, Cidade de Guatemala, Guatemala

#### Mercosul

<http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>

De 07 a 11 de maio  
Reunião Ordinária do SGT nº 1 (Comunicação)  
Granados Park Hotel (Estrella esq. 15 de Agosto),  
Assunção, Paraguai (a confirmar)

De 08 a 09 de maio  
Reunião de Ministros da Cultura

09 de maio  
Reunião Grupo ad hoc de serviços ACE n.º 35  
Mercosul - Chile  
Assunção, Paraguai

De 09 a 10 de maio  
Reunião do SGT nº 7 "Indústria" - União Industrial  
Paraguai,  
Assunção, Paraguai  
Vídeo-conferência sobre salvaguardas e solução de  
controvérsias Mercosul - Israel  
Secretaria do Mercosul, Montevideu, Uruguai

De 09 a 11 de maio  
XCII Reunião da Comissão de Comércio  
Secretaria do Mercosul, Montevideu, Uruguai

10 a 11 de maio  
Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul  
Auditório do INCOOP, Assunção, Paraguai  
Reunião Ordinária do Foro Consultivo de Municípios,  
Estados Federados, Províncias e Departamentos do  
Mercosul  
Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai  
Reunião Ordinária do Grupo de Relacionamento  
Externo  
ACE n.º 35 - Mercosul e Chile  
DIRECOM, Santiago, Chile

11 de maio  
Reunião Conjunta do CRC-ES - RANA e Ministros da  
Educação  
Assunção, Paraguai (a confirmar)

14 a 16 de maio  
Reunião do Grupo de Relacionamento Externo  
Mercosul - República Dominicana  
Cancelaria Dominicana, Santo Domingo, Rep.  
Dominicana

16 a 18 de maio  
Reunião Técnica sobre Incorporação da Normativa  
MERCOSUR  
Hotel Excelsior, Assunção, Paraguai

17 a 18 de maio  
XVII Reunião Especializada sobre a Mulher  
Assunção, Paraguai (a confirmar)

Reunião Ordinária do SGT n.º 13  
MIC (Mcal. Lopez 3333 esq. Dr. Weiss/ 4 Piso),  
Assunção, Paraguai

### Comunidade Andina

<http://www.comunidadandina.org/servicios/calendario/euniones.htm>

07 e 08 de maio  
Tecnologias Convergentes nos Países Andinos  
Lima - Perú

07 a 11 de maio  
21ª Reunião de Especialistas em NANDINA em forma  
paralela ao Comitê Alfandegário  
Lima - Peru  
Reunião conjunta do Grupo de Trabalho n.º 4  
(Comércio Exterior), do Grupo de Estudo Técnico 4.1  
(Cumprimento da Decisão 511) e do Grupo de Estudo  
Técnico 4.2 (Qualidade da Informação)  
Lima - Perú

08 a 10 de maio  
3ª Reunião de Trabalho do Plano Andino Amazônico  
de Comunicação e Educação Ambiental (PANACEA)  
Lima - Perú

09 de maio  
Visita e reunião com o Ministro de Relações Exteriores  
da República de Guatemala, Embaixador Gert  
Rosenthal  
Lima - Perú

9 a 11 de maio  
Segunda Reunião conjunta de Assessores Jurídicos de  
Órgãos de Enlace com Especialistas Governamentais  
na luta contra o Ilícito Aduaneiro  
Lima - Perú  
- 55ª Reunião do Comitê Técnico Andino de Sanidade  
Animal (COTASA)  
Lima - Perú

14 a 16 de maio  
19ª Reunião de Especialistas Governamentais em  
Documento Único Aduaneiro (DUA)  
Lima - Perú

15 de maio  
3ª Reunião de Harmonização de Legislações Sanitárias  
em Matéria de Produtos de Higiene e Limpeza  
Lima - Perú

16 a 18 de maio  
21ª Reunião do Grupo de Especialistas em NANDINA  
do Comitê Andino de Assuntos Aduaneiros  
Lima - Perú

17 e 18 de maio  
2ª Reunião de Especialistas Governamentais sobre  
Eliminação de Barreiras ao Comercio - ATRC  
Lima - Perú

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Concurso para admissão de funcionários no MERCOSUL/FOCEM

Foi lançado, em 25 de abril, edital de concurso de admissão para contratação de oito funcionários, dois de cada Estado Parte, para a unidade técnica da Secretaria do MERCOSUL, em Montevideu, responsável pela gestão do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). O Fundo constitui iniciativa concreta para reduzir as assimetrias de desenvolvimento no interior do MERCOSUL, preocupação central do Governo brasileiro na condução do processo de integração regional. Os recursos do FOCEM destinam-se a obras de infra-estrutura, aumento da competitividade de economias menores, promoção de coesão social e fortalecimento da estrutura institucional e do processo de integração. Informações sobre o concurso de admissão encontram-se disponíveis no site do MERCOSUL e as inscrições podem ser realizadas via internet até 21 de maio de 2007.

<[www.mercosur.int](http://www.mercosur.int)>

<[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalle3.asp?ID\\_RELEASE=4363](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=4363)>

### Base de dados sobre controvérsias

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) criou a Base de Dados Integrada de Controvérsias Comerciais da América Latina e Caribe (BADICC, sigla em espanhol; ou IDATD, sigla em inglês). Para acessá-la, clique em:

Espanhol: <<http://badicc.eclac.cl/controversias/>>

Inglês:

<[http://idatd.eclac.cl/controversias/index\\_en.jsp](http://idatd.eclac.cl/controversias/index_en.jsp)>

## FIQUE DE OLHO!

### Brasil reclama de extorsão no comércio de camarão

A controvérsia sobre cobrança de sobretaxas antidumping e anti-subsídio à exportação de camarão do Brasil, China, Equador, Índia, Tailândia e Vietnã aos EUA continua. A Emenda Byrd permite que o governo dos EUA distribua o montante arrecadado com sobretaxas antidumping ou anti-subsídio às empresas

americanas que pediram a investigação contra o produto estrangeiro acusado de concorrência desleal. O Brasil questiona a atitude na OMC, e pode pedir intervenção do Órgão de Solução de Controvérsias no caso.

Para maiores informações:

<[http://www.aduaneiras.com.br/noticias/noticias/default.asp?noticia\\_id=86532&m=1&=1](http://www.aduaneiras.com.br/noticias/noticias/default.asp?noticia_id=86532&m=1&=1)>

### Brasil reúne grupos de nações pobres para pressionar EUA

O Brasil, líder do G-20, intensifica a coordenação com outros grupos de países em desenvolvimento na OMC, em meio a articulações generalizadas para quebrar o impasse das negociações agrícolas. Maiores informações podem ser encontradas em:

<[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalle3.asp?ID\\_RESENHA=332265](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=332265)>

### Encontro sobre a Convenção de Estocolmo

De 30 de abril a 04 de maio realiza-se em Dacar, Senegal, o terceiro encontro da Convenção de Estocolmo sobre poluentes orgânicos. Entre os objetivos do encontro estão a adoção de medidas relacionadas ao uso contínuo do DDT (sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetano, pesticida desenvolvido após a Segunda Guerra para o combate dos mosquitos causadores da malária e do tifo).

Maiores informações podem ser encontradas em:

<<http://www.iisd.ca/vol15/enb15149e.html>>

### Presidente da frente de Negociações sobre Agricultura circula documento sobre desafios

O embaixador Crawford Falconer, presidente da frente de negociações sobre agricultura na OMC, divulgou, no dia 30 de abril, documento que traz suas primeiras reflexões sobre possíveis convergências entre os países membros em relação às negociações agrícolas. Acesse o texto em:

<[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/agric\\_e/chair\\_text\\_s07\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/chair_text_s07_e.htm)>

### Indústria e desenvolvimento sustentável

Foi lançada a obra "Industrial Development for the 21st Century: Sustainable Development Perspectives", que pretende tratar amplamente dos impactos das atividades industriais em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. A obra também discute os objetivos da Declaração do Milênio. Acesse:

<[http://www.un.org/esa/sustdev/publications/industrial\\_development/index.htm](http://www.un.org/esa/sustdev/publications/industrial_development/index.htm)>

### **Painéis examinam sanções**

O Órgão de Solução de Controvérsias da OMC estabeleceu, no último dia 24 de abril, 3 painéis para examinar tarifas cobradas sobre importação de bebidas da União Européia pela Índia, de derivados do leite da Argentina pelo Chile e de mercadorias do México pelos EUA. Mais detalhes em:

<[http://www.wto.org/english/news\\_e/news07\\_e/dsb\\_24\\_apr07\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/news07_e/dsb_24_apr07_e.htm)> e

<[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/meet\\_24\\_april07\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/meet_24_april07_e.htm)>

### **Sétima sessão do fórum da ONU sobre as florestas**

Teve lugar em Nova Iorque, de 16 a 27 de abril, a 7ª sessão do fórum da ONU sobre Florestas. O manejo sustentável de florestas impacta diretamente no meio ambiente, e as discussões sobre o tema foram bastante acaloradas. Além de outros documentos, foi elaborado um programa de trabalho no setor, a ser executado entre 2007 e 2015. Para mais detalhes, veja:

<<http://www.un.org/esa/forests/session.html>>

### **Relatório do Banco Mundial**

No dia 13 de abril foi lançado relatório do Banco Mundial intitulado "Global Monitoring Report 2007: MDGs Confronting the challenges of gender equality and fragile States", que relata o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio pelos países em desenvolvimento. Acesse o documento em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTGLOBALMONITOR/EXTGLOMONREP2007/0,,menuPK:3413296~pagePK:64218926~piPK:64218953~theSitePK:3413261,00.html>>

### **Relatório da ONU sobre segurança**

O Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, publicou no dia 09 de abril o relatório "A more secure world: our shared responsibility", que trata da segurança mundial. Para ter acesso ao texto, acesse:

<<http://www.un.org/secureworld/>>

### **Novos relatórios do IPCC**

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) divulgou outra série de relatórios sobre o tema em seu website, como prévia do 26º Encontro do Grupo de Trabalhos III em Bangkok, realizado no dia 04 de maio.

Para ter acesso aos documentos, acesse:

<<http://www.ipcc.ch/pub/reports.htm>>

Sobre a reunião e seus resultados:

<<http://www.ipcc.ch/meet/session26.htm>>

### **Convenção da ONU sobre Direito do Mar**

Terminou a sexta rodada de consultas informais para o Acordo de Implementação das disposições da Convenção da ONU sobre Direito do Mar relativa à Conservação e Gerenciamento dos estoques de pescado (UNFSA), realizada nos dias 23 e 24 de abril em Nova Iorque. A rodada de consultas foi estabelecida pela Resolução 61/105 da Assembleia Geral da ONU, em 8 de dezembro de 2006.

O texto final e maiores informações encontram-se disponíveis em: <<http://www.iisd.ca/oceans/fsaic/>>

### **OMC e seu papel no século XXI**

O secretariado da OMC publicou livro chamado "What WTO for the XXIst Century?", reflexões sobre o papel da OMC no próximo milênio. O tema começou a ser discutido em um fórum público realizado em 25 e 26 de setembro do ano passado. Para maiores informações, acesse a página do fórum:

<[http://www.wto.org/english/forums\\_e/public\\_forum\\_e/forum06\\_e.htm](http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum_e/forum06_e.htm)>

Para comprar uma versão impressa do livro:

<[http://onlinebookshop.wto.org/shop/article\\_details.asp?Id\\_Article=725&lang=EN](http://onlinebookshop.wto.org/shop/article_details.asp?Id_Article=725&lang=EN)>

Para fazer um download da versão eletrônica:

<[http://www.wto.org/english/res\\_e/booksp\\_e/public\\_forum06\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/public_forum06_e.pdf)>

### **CEPAL e Brasil assinam Memorando de Entendimentos sobre desenvolvimento**

No último dia 26 de abril, durante visita ao Chile, o presidente Luis Inácio da Silva reuniu-se com José Luis Machinea, secretário executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), e juntos assinaram um Memorando de Entendimentos para promover o desenvolvimento econômico, social e do meio ambiente. O objetivo do acordo é apoiar atividades programáticas do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) do Brasil, principalmente na área do desenvolvimento sustentável e na produção de biocombustíveis.

Maiores informações:

<<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/7/28427/P28427.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>

### **Comunidade Andina lança declarações**

Da XVI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo Trabalhista Andino, realizada de 19 a 20 de abril, resultou a Declaração de Santa Cruz de la Sierra. Para ter acesso ao documento, acesse:

<[http://www.comunidadandina.org/documentos/actas/d\\_eclaracion\\_santacruz\\_ccla.htm](http://www.comunidadandina.org/documentos/actas/d_eclaracion_santacruz_ccla.htm)>

## Revisão da Declaração do Milênio

Entre os dias 07 e 09 de maio ocorre o Seminário Regional dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, em Montevideu, Uruguai. Os objetivos são: dar início a uma consulta metodológica para a criação de um sistema de monitoramento; gerar acordos e compromissos para a criação de políticas públicas; e construir espaços de diálogo interinstitucional no setor. Na ocasião será entregue o prêmio "Mercocidades" às melhores práticas que buscam alcançar tais objetivos. Mais informações:  
<<http://www.somosmercosur.org/?q=es/node/269>>

## ALBA: alternativa para a região?

No dia 29 de abril foi aprovada a "Alternativa Bolivariana para os Povos de nossa América" (ALBA), declaração conjunta de representantes da Venezuela, Cuba, Bolívia e Nicarágua e aliança estratégica que busca produzir mudanças na estrutura político-econômica e social da região. Mais informações:  
<<http://www.sela.org/sela/prensa.asp?step=3&id=10050>>

## Site sobre projetos de renda

O Centro Internacional de Pobreza, instituição de pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), lançou uma nova página em seu site com estudos, entrevistas, links e informações sobre eventos ligados ao assunto. A página traz dados sobre programas de transferência de renda de 34 países. Acesse:  
<<http://www.undp-povertycentre.org/>>  
<<http://www.undp-povertycentre.org/cct.htm>>

## A Amazônia e os Objetivos do Milênio

Foi lançado a obra "O Estado da Amazônia: Indicadores", de autoria de Danielle Celentano e Adalberto Veríssimo, sobre a evolução da região em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Maiores informações em:  
<<http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=503>>

## Comunicado conjunto Brasil - União Européia

Foi divulgado no dia 30 de abril um comunicado conjunto do Brasil e da União Européia sobre a manutenção de consultas regulares sobre assuntos de interesses comuns. A primeira delas ocorreu dia 03 de maio, em Brasília. Para maiores informações, acesse:  
<[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=4368](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=4368)>

## Visita do presidente do Brasil ao Chile

Em sua visita ao Chile, no último dia 26 de abril, o presidente brasileiro Luis Inácio da Silva firmou diversos protocolos com o governo desse país, dentre os quais destacam-se: (i) o Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e a Academia Diplomática Andrés Bello, do Ministério de Relações Exteriores da República do Chile; (ii) o Convênio de Cooperação entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Federativa do Brasil e o Serviço Nacional da Mulher da República do Chile; e (iii) o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile na Área de Biocombustíveis. Os documentos encontram-se disponíveis em:  
<[http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalhe3.asp?ID\\_RELEASE=4360](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=4360)>

## Camex lança resolução para aplicação de direitos antidumping

Foi lançada no dia 25 de abril a Resolução Camex n.º 13, que determina a aplicação de direitos antidumping sobre a importação de ferro oriundo da África do Sul e da Rússia. Acesse o texto em:  
<<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2007/rescamex013-07.pdf>>

## Fórum Econômico Mundial se reúne no Chile

Entre os dias 25 e 26 de abril ocorreu em Santiago do Chile a reunião do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina. Mais informações:  
<<http://www.weforum.org/en/events/WorldEconomicForumLatinAmerica2007/index.htm>>

## Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul

No dia 30 de abril, mediante o Decreto Presidencial 6105, o Brasil promulgou o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. O texto do Decreto e do Protocolo encontram-se disponíveis em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6105.htm)>

Edições anteriores de *PONTES Quinzenal* podem ser acessadas em:  
[http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de *PONTES Quinzenal* podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

